



REDE
JUSTIÇA CRIMINAL

RELATÓRIO ANUAL 2019

EDITORIAL

Janaína Homerin, Secretária Executiva

Trabalhar com *advocacy* exige resiliência e capacidade de reinventar-se. Desenvolver um trabalho efetivo e consistente de incidência política nunca foi tarefa fácil e, em 2019, a empreitada encontrou desafios renovados. Ao longo do ano, a polarização dos discursos públicos teve, por consequência, o esgarçamento das relações e dos espaços de consenso. Muitos dos fóruns institucionais destinados à participação cidadã na construção das políticas públicas, tais como conselhos, foram extintos ou significativamente esvaziados. Organizações da sociedade civil enfrentaram tentativas de criminalização, incluindo ações direcionadas contra seus agentes, demonstrando uma afronta direta à garantia de direitos fundamentais de liberdade de expressão e de associação, pilares do Estado Democrático de Direito.

No campo da segurança pública e da justiça criminal, em especial, vimos como o conservadorismo se intensificou, dando lugar a inúmeras propostas legislativas e medidas governamentais que contam com o rigor penal como solução milagrosa para a redução da violência.

Diante desse contexto de cerceamento da participação cidadã na construção das políticas, a sociedade civil brasileira tem buscado unir esforços em defesa da democracia. A Rede Justiça Criminal (RJC) se soma a esse movimento coletivo orientado ao fortalecimento das articulações entre agendas. Assim, a RJC tem se mobilizado para estabelecer pontes e ampliar as redes de troca de informação, construção de estratégias e até desenvolvimento de ações coordenadas em colaboração com diferentes agentes do campo da defesa de direitos. São várias as possibilidades de colaboração, valorizando as contribuições específicas de cada agente com o objetivo de compor uma resistência mais robusta e articulada.

Os desafios são comuns, nossas lutas se entrelaçam. Não podemos questionar o punitivismo penal, que encarcera prioritariamente um mesmo perfil populacional – jovens negros e negras, pobres, com baixo nível de escolaridade e moradores das periferias – sem denunciar o imbricamento das discriminações de raça e classe que determinam as relações sociais no país. A agenda de *advocacy* por uma justiça criminal efetivamente mais justa, que coloque a dignidade e a garantia dos direitos fundamentais de todo ser humano como principal objetivo, está intimamente relacionada à pauta do enfrentamento ao racismo estrutural, bem como do combate às desigualdades de toda sorte.

Somos uma coalizão de organizações da sociedade civil brasileira que se dedica há uma década a um intenso trabalho de *advocacy* junto aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário com o objetivo de contribuir para qualificar a tomada de decisão política, para tornar o sistema de justiça criminal mais humano e mais justo, em respeito às garantias e liberdades fundamentais inerentes a qualquer ser humano. Ao longo de 2019, a Rede buscou ampliar o alcance da agenda contra o encarceramento em massa. Nos esforçamos para chegar a outros lugares e alcançar outros públicos, considerando a vastidão e a diversidade do território brasileiro.

Investimos na contribuição da comunicação para o *advocacy*, estratégias complementares para uma participação cidadã mais efetiva e representativa. Buscamos criar canais de troca com organizações que atuam na base, inseridas em comunidades com contato direto com as populações, e com entidades de construção de agendas políticas, que atuam no plano nacional e regional. A princípio, conectar-se com grupos que atuam fora da região sudeste se apresentou como um desafio. Era preciso se abrir, sair dos círculos já estabelecidos de parcerias institucionais, de modo a ampliar essa importante rede de articulação entre agentes da sociedade civil. Assim, a RJC teve a feliz oportunidade de contribuir para a organização da Iª Conferência Nacional de *Advocacy*, uma iniciativa da ACT Promoção da Saúde, que reuniu organizações parceiras que atuam em rede para estruturar o primeiro encontro nacional da sociedade civil destinado a compartilhar práticas, ferramentas e estratégias de incidência social nos processos de tomada de decisões públicas e políticas. O evento de dois dias, realizado em setembro de 2019, contou com seminários, palestras, oficinas e capacitações sobre temas relevantes à prática do *advocacy*, com representantes de um amplo leque de especialidades e oriundos dos quatro cantos do Brasil.

Uma das principais aprendizagens que tiramos desse esforço de articulação é que existe uma demanda enorme por espaços de construção de redes. Saímos fortalecidos ao nos encontrarmos e nos reconhecermos nesse campo.

No entanto, 2019 não significou somente um esforço da RJC de construir novas relações com o campo e com agentes de fora. Foi também o momento de refletir sobre nossas relações internas. Às vésperas de completar uma década de existência, a Rede iniciou um profundo processo de revisão de suas dinâmicas de funcionamento e representação. Colaboradores e colaboradoras provocaram a coalizão para um exercício de auto-observação no que diz respeito à reprodução do racismo estrutural no seio de nossas organizações e ações. Em março, a Rede estruturou um Grupo de Trabalho tendo o racismo como foco, integrado por representantes negros, negras, não-negros e não-negras de todas as organizações-membro, com a missão de formular propostas para que a RJC, composta por organizações da sociedade civil majoritariamente brancas, rompa com o ciclo vicioso da convivência para se engajar ativamente na luta contra o racismo estrutural.

Um dos primeiros passos foi a decisão de passarmos por um processo de formação e letramento, conduzido pelo Instituto AMMA Psique e Negritude. Foram três encontros presenciais de dois dias, com mais de 30 participantes, que se encerrou no começo de 2020. A busca por um processo formativo de imersão parte da intenção de equalizar percepções e de caminharmos juntos, com responsabilidade e coerência, na revisão de nossas ações sobre os processos de criminalização da população negra, entendendo o racismo como elemento estruturante da sociedade brasileira.

Ao longo do ano e do processo de formação, sentimos de forma cada vez mais concreta o peso da responsabilidade que nos cabe nesse latifúndio da perpetuação do racismo estrutural. A consciência dessa responsabilidade implica na urgência de ação e posicionamento. Esse também foi um aprendizado decisivo que tiramos do ano de 2019, graças à intervenção de membros negros e negras que nos chamaram à responsabilidade e se dedicaram para fazer da Rede Justiça Criminal um agente alerta e consciente de seu papel no combate ao racismo.

Boa leitura!

SOBRE A REDE JUSTIÇA CRIMINAL

Criada em 2010, a Rede Justiça Criminal (RJC) é um coletivo composto por oito organizações da sociedade civil brasileira, com o objetivo de contribuir para a qualificação do debate público e incidir, com base em pesquisas empíricas e dados oficiais, na tomada de decisão política para reverter a lógica do encarceramento em massa e tornar o sistema de justiça criminal mais humano e consoante aos direitos e liberdades fundamentais garantidos a todos os seres humanos.

Em 2019, integravam a Rede: o Centro de Estudos em Segurança e Cidadania (CESeC), a Conectas Direitos Humanos, o Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP), o Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), o Instituto de Defensores de Direitos Humanos (DDH), o Instituto Sou da Paz, o Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC) e a Justiça Global.

Em dezembro, o Instituto de Desenvolvimento de Ações Sociais (IDEAS) foi convidado a integrar a RJC, passando a nove o número de organizações-membro a partir de 2020.

A atuação conjunta das organizações-membro permite a troca de experiências, a colaboração entre entidades com diferentes especialidades e o impulso mútuo em direção a objetivos compartilhados.

Como fruto dessa atuação, a Rede Justiça Criminal define, a cada ano, uma agenda de atuação prioritária, que envolve incidência direta, por meio do monitoramento de Projetos de Lei e políticas na área de justiça criminal e desenvolvimento do trabalho de *advocacy* junto aos poderes públicos e à sociedade civil. Além disso, busca mobilizar a opinião pública e demais agentes políticos por meio da comunicação estratégica, a fim de incidir de maneira eficaz sobre a construção da política criminal e promover mudanças positivas no sistema de justiça brasileiro.

NOSSA HISTÓRIA

2010

- Criação da RJC
- Instituto Sou da Paz assume a gestão financeira do projeto Rede Justiça Criminal
- Elaboração da Agenda Mínima para segurança pública e justiça criminal

2011

- Início do Projeto Brasília - fortalecimento da participação da sociedade civil na construção de políticas públicas em nível federal
- Introdução no Senado do PL 554/11 para instituir as audiências de custódia no ordenamento jurídico brasileiro
- Aprovação da Lei 12.403 que disciplina as medidas cautelares

2012

- Realização de seminário sobre prisão provisória em São Paulo e em Brasília
- Elaboração da primeira agenda prioritária de atuação da RJC

2013

- Introdução no Senado do PL 480/13, para proibir a revista vexatória na entrada das unidades prisionais
- Divulgação da campanha “Pelo Fim da Revista Vexatória”
- Aprovação da Lei 12.847 que institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

NOSSA HISTÓRIA

- 2014**
- Aprovação no Senado do PLS 480/13 (proibição das revistas vexatórias)
 - Realização de seminário sobre alternativas penais
 - Apresentação da Agenda de Propostas para os candidatos e candidatas à presidência “Alternativas para a justiça criminal no Brasil”
- 2015**
- IDDD assume a gestão financeira da Rede Justiça Criminal
- 2016**
- Enfoques de gênero e raça no sistema penal são inseridos como temas prioritários de atuação da RJC
 - Aprovação do PLS 554/11 (audiência de custódia) no Senado Federal
- 2017**
- Lançamento da campanha “Encarceramento em massa não é justiça”
 - Aprovação da Lei 13.434/17, que proíbe o parto com algemas
- 2018**
- Apresentação da campanha “Encarceramento em massa não é justiça” no XII Encontro Nacional do Poder Judiciário, a convite do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para operadores do direito, entre eles o então Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), José Antônio Dias Toffoli
 - Lançamento da campanha #EleiçõesSemTruque
 - Aprovação do PL 10269/2018, que estabelece a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar de mulheres mães

COMUNICAÇÃO E ADVOCACY: 2019, UM ANO DE MOBILIZAÇÕES

Ana Navarrete, Assessora de Comunicação, e Leonardo Santana, Assessor de Advocacy

O ano de 2019 foi um ano que fomentou a discussão sobre o encarceramento e recrudescimento penal junto a novos e diversos públicos. No campo do Advocacy e Mobilização, a RJC buscou angariar apoio de diferentes agentes da sociedade civil organizada para fortalecer uma articulação ampla e crítica ao discurso dominante da lógica punitivista. Para conseguirmos alcançar esse objetivo, a integração da Comunicação e do Advocacy foi central e norteadora para as ações do trabalho da Rede.

Somente no primeiro semestre de 2019 foram apresentados 3.357 Projetos de Lei na Câmara dos Deputados, contra 2.468 no primeiro semestre da legislatura anterior, em 2015 – um aumento de 36%. Somadas às 376 propostas nas áreas de direito penal e processual penal com os 192 projetos da área de defesa e segurança, temos o campo temático líder de propostas legislativas da Câmara dos Deputados.

Essa supervalorização da prisão como resposta para o que o Estado não consegue endereçar, ocorre num quadro de avanço do conservadorismo, que enxerga as garantias constitucionais como obstáculos e a justiça criminal e as organizações de Direitos Humanos como verdadeiras inimigas. Com esse desafio posto, a RJC direcionou sua comunicação e suas ações em advocacy para articulações destinadas a fortalecer amplas mobilizações, com movimentos sociais e organizações da sociedade civil, para enfrentar desafios no campo legislativo e na disputa de narrativa na sociedade sobre direitos humanos.

O ano iniciou com a apresentação do chamado “Pacote Anticrime”, proposto pelo Executivo, que condensava diversas propostas de recrudescimento penal, dentre elas, o excludente de ilicitude e o plea bargain. Temas diretamente relacionados ao encarceramento em massa que impactam principalmente a população negra e periférica, alvos do racismo estrutural, e agravado pelo seletivo sistema de justiça. Para a comunicação, o desafio era opor-se ao Pacote e criar uma narrativa que fosse efetiva o suficiente para barrá-lo, sem cair no discurso de que quem era contra o pacote era favorável à prática de crimes.

A RJC promoveu e participou ativamente da campanha “Pacote Anticrime: uma Solução Fake”, em conjunto com mais de oitenta organizações e movimentos de todo o Brasil. Sua participação teve relevância justamente no ponto de intersecção entre Comunicação e Advocacy, expandindo as importantes ações nos bastidores do Congresso Nacional para, também, produção de cartazes, camisetas e ações presenciais em articulação com a sociedade civil. Essa presença dentro das comissões onde se debatia o Pacote foi fundamental.

Uma das atividades da campanha foi conseguir uma reunião entre o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e o movimento das Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo do Estado. A ação foi tão efetiva que o presidente da casa registrou publicamente o seu posicionamento contrário à aprovação do excludente de ilicitude, previsto no Pacote proposto pelo Ministério da Justiça. A legitimidade das Mães conseguiu influenciar uma decisão que os argumentos técnicos não comportavam por si só.

A RJC também se engajou contra as propostas de lei que visam criminalizar movimentos sociais ampliando o alcance da Lei Antiterrorismo (Lei 13.260/2016). Compomos uma articulação que conseguiu extrair do presidente Rodrigo Maia o compromisso de não pautar em plenário da Câmara nenhum projeto com esse objetivo.

Essas articulações conjuntas são resultado do investimento em comunicação e *advocacy* que a RJC vem fazendo nos últimos tempos. Para além da qualidade técnica de sua produção e a de seus membros, o alcance atingido por meio das campanhas da RJC reforça o lugar de visibilidade e reconhecimento do colegiado. Ademais, a RJC se posicionou com firmeza, por meio da divulgação de notas públicas e técnicas, acerca de episódios direta ou indiretamente relacionados à pauta de justiça criminal e segurança pública. Além disso, a Rede seguiu catalisando a troca entre seus membros, parceiros e parceiras com boletins internos, e-mails marketing e reuniões virtuais de alinhamento de ações estratégicas.

Dessa maneira, a RJC se soma ao esforço de mobilização da sociedade civil organizada brasileira contra o discurso ultraconservador e punitivista, em alta nos tempos atuais. A Rede Justiça Criminal entende que a tempestividade e a clareza nos posicionamentos políticos contribuem para o objetivo de ampliar a interlocução com outros setores da sociedade civil organizada em torno da crítica ao encarceramento em massa como política.

A partir das pautas prioritárias definidas em conjunto com as organizações-membro, a Rede acompanha, com seu trabalho de monitoramento e incidência de proposições legislativas, as seguintes temáticas:

GÊNERO NO SISTEMA PENAL

As questões de gênero têm sido cada vez mais importantes para discutir o encarceramento em massa no Brasil, já que o número de mulheres presas é o que mais cresce no país. De acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), entre 2000 e 2016 o número de mulheres em situação de prisão aumentou 656%. Por entender que existem violências específicas que perpassam a vida das mulheres na prisão, a RJC tem esse como um tema prioritário. A principal proposição acompanhada nesse ano foi o PLS 43/2018, aprovado em abril, que altera o Marco Legal da Primeira Infância para dispor sobre os direitos das crianças cujas mães e pais estejam submetidos à medida privativa de liberdade.

POLÍTICAS DE DROGAS

O entendimento da RJC sobre a política de drogas é de que o cultivo, transporte e uso de todas as drogas seja descriminalizado e regulamentado. Dessa forma, e por entender que a atual política de drogas brasileira é a grande responsável pelo encarceramento em massa no país, a Rede acompanhou as mudanças legislativas do ano e atuou para expor os retrocessos trazidos pela nova Política Nacional Sobre Drogas.

AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

A audiência de custódia é um direito conquistado com esforços da sociedade civil, incluindo a RJC e suas organizações-membro. Assim, a Rede advoga pela garantia desse encontro de forma presencial, com um juiz ou uma juíza, e pelo cumprimento de seus objetivos: identificar a legalidade da prisão em flagrante, verificar se houve abuso cometido pelas forças policiais e decidir se a prisão provisória é realmente necessária.

RESPONSABILIDADE POLÍTICO-CRIMINAL

A RJC defende que o Estado brasileiro implemente uma política pública criminal mais racional, que observe o uso responsável de recursos e também os impactos sociais nas áreas de segurança e justiça. Com base nessa premissa, a RJC entende que é seu papel incluir o tema no debate entre os Três Poderes da República e a sociedade civil. O PL 4373 oferece uma porta de entrada para o amadurecimento dessa discussão no legislativo e serve de base para um desenvolvimento mais participativo.

CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

O acirramento do contexto político trouxe novamente à tona ameaças à atuação da sociedade civil organizada, reforçando a importância dos esforços de articulação entre organizações de defesa de direitos. A RJC mantém, desde 2017, um portal em parceria com a Artigo 19, que reúne mais de 80 Projetos de Lei que tratam do tema. No ano de 2019, o coletivo continuou discutindo e incidindo sobre esse tema, especialmente contra os projetos que visam alterar a Lei Antiterrorismo, por meio da atuação em conjunto com outras organizações, do comparecimento em audiência públicas, da emissão de notas públicas e do monitoramento de propostas legislativas.

ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

A RJC integra uma ampla mobilização de parceiros e parceiras que atuam pela obstrução de toda e qualquer proposição que vise reduzir a maioria penal ou aumentar o tempo de internação para adolescentes em conflito com a lei. Além de pautar o tema na imprensa, a Rede focou seus esforços em 2019 principalmente na tentativa de barrar a PEC 365/2017, que cria os corpos de segurança socioeducativa. Nesse sentido, a Rede também se baseou em um parecer técnico que analisou as proposições que alteram a maioria penal no país.

EXECUÇÃO PENAL

O acúmulo da Rede, especialmente das organizações-membro que pesquisam e realizam trabalhos de atendimento direto a pessoas em situação de prisão e/ou familiares, revela que a família é a principal responsável pelo custeio das despesas do cárcere. Na contramão dessa realidade, o PLS 580/2015 pretende obrigar pessoas presas a custear a manutenção de sua prisão. A Rede acompanhou a tramitação desse projeto e atuou diretamente com ações para barrá-lo. Ainda, se dedicou a analisar internamente a proposta por meio de um parecer técnico produzido externamente.

GT Penal e Processual Penal

A RJC acompanhou durante todo o ano as ações do Grupo de Trabalho criado na Câmara dos Deputados para analisar os Projetos de Lei 10.372/2018, 10.373/2018 de autoria do atual ministro do STF, Alexandre de Moraes e 882/2019 de iniciativa do ministro Sergio Moro.

Pacote Anticrime

Especificamente sobre o PL 882/2019, mais conhecido como “Pacote Anticrime”, a Rede passou a compor o coletivo de entidades da sociedade civil que fazem parte da campanha “Pacote Anticrime: uma Solução Fake”. A Rede também monitora outras propostas de lei que tratam dos mesmos temas.

REVISTA VEXATÓRIA

Esta é uma agenda que a RJC apoia desde 2013, a partir do diagnóstico compartilhado por organizações-membro que atuam junto às famílias das pessoas presas, em particular o ITTC e, em seu momento, a Pastoral Carcerária. A atuação da Rede nesse tema sempre foi prioritária, inclusive tendo desenvolvido a grande campanha nacional “Pelo Fim da Revista Vexatória”.

Embora a revista vexatória já seja reconhecida como violadora de direitos por algumas leis estaduais, ainda é necessária a aprovação dos Projetos de Lei 7764/2014 e 3832/2015 para que a prática seja abolida em todo o território nacional. Em 2019, a discussão foi reacendida por conta do ARE 959620, que deve decidir se a revista íntima de visitantes que ingressam em estabelecimento prisional viola os princípios da dignidade da pessoa humana, e da movimentação na tramitação do PL 7764/2014.

A conjuntura também levou a RJC a nortear suas ações por dois temas que se mostraram extremamente importantes para garantir a continuidade do trabalho. São eles:

COMBATE AO RACISMO

Em 2019, no planejamento estratégico da RJC, foram consensuados dois entendimentos que nortearam o ano do colegiado. Um deles foi a necessidade urgente da Rede em somar efetivamente à luta antirracista, buscando reconhecer e superar suas próprias limitações. Outro entendimento consolidado na ocasião foi de que o racismo perpassa todas as áreas de atuação da RJC. Não levar em consideração essa realidade equivale a fechar os olhos para a causa estruturante do sistema penal. Dessa forma, a pauta do enfrentamento ao racismo estrutural foi o principal tema de atuação da RJC ao longo do ano, principalmente internamente, passando por um processo formativo de letramento sobre racismo estrutural.

SEGURANÇA DIGITAL

No final de 2018, a RJC identificou uma preocupação compartilhada entre os membros a respeito da segurança de profissionais e ativistas. Dessa forma, chegou-se à compreensão de que seria um importante valor agregado oferecido pela RJC, enquanto promotora de ações articuladas, proporcionar a seus membros, parceiros e parceiras mais próximos espaços de capacitação sobre segurança e cuidados digitais.

LINHA DO TEMPO 2019

JANEIRO

Logo no início do ano, a RJC manifestou em nota pública sua preocupação em relação ao afrouxamento das regras para a posse de armas no Brasil, por meio do decreto assinado em 15 de janeiro pelo presidente Jair Bolsonaro.

A RJC realizou sua primeira “Oficina de Incidência Política” entre os dias 28 e 30 de janeiro, na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. O evento contou com a participação de mais de 30 organizações de todo o Brasil e surgiu a partir do objetivo de fortalecer uma ampla mobilização de redes e coletivos fora do eixo Rio-São Paulo, que trabalham com a defesa de direitos, visto o contexto político e a possibilidade da RJC em compartilhar sua expertise em *advocacy* e proporcionar um espaço de troca, aprendizado e construção coletiva.

FEVEREIRO



Foi criada em fevereiro a “Frente Parlamentar Mista em Defesa da Democracia e dos Direitos Humanos”, na Câmara dos Deputados.

Em nota pública, a RJC expressou sua preocupação com o chamado “**Pacote Anticrime**”, proposto pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro. Na visão da Rede, sua aprovação traria consequências perversas no sentido do agravamento do encarceramento em massa e, em especial, do aprisionamento da população periférica e negra, sem buscar enfrentar as origens e consequências da violência que afeta todas as pessoas.

Em fevereiro, a RJC publicou o primeiro artigo do ano em sua coluna no *Portal Justificando* sobre a superlotação dos presídios, assinado por Guilherme Pontes, pesquisador no programa Violência Institucional e Segurança Pública da Justiça Global.



Pela primeira vez, a oficina de planejamento estratégico da RJC aconteceu fora de São Paulo, sendo realizada na sede do GAJOP, em Recife. O encontro reuniu uma média de 20 pessoas de todas as organizações-membro, entre 20 e 22 de fevereiro. O encontro foi marcado pela tônica do enfrentamento ao racismo, tanto na atuação externa da RJC, quanto internamente. Assim, do encontro foi criado um Grupo de Trabalho de enfrentamento ao racismo, o GT Racismo.

PACOTE ANTICRIME **FAKE** UMA SOLUÇÃO

Desde o lançamento do Pacote Anticrime, a RJC participou de reuniões periódicas para incidência com parlamentares, além de compor outras ações estratégicas, como a campanha “Pacote Anticrime: uma Solução Fake”, lançada no dia 27 de março na Câmara dos Deputados.

ABRIL

No começo de abril, foi realizada a primeira reunião do GT Racismo. Com o objetivo de impulsionar o avanço na pauta para a Rede toda, o grupo composto por representantes de cada uma das oito organizações passou a se reunir quinzenalmente.

📶 Nos dias 17 e 18 de abril, a primeira Oficina de Segurança Digital promovida pela RJC aconteceu no Rio de Janeiro, ministrada pela Rede Transfeminista de Cuidados Digitais. Visando se aproximar de outras organizações, fortalecendo a pauta dos Direitos Humanos, a oficina teve como objetivo sensibilizar pessoas, movimentos e organizações que trabalham com o tema para algumas práticas nos meios da tecnologia da informação, semeando uma cultura de segurança digital.

🔨 Foi aprovado, na Comissão de Direitos Humanos (CDH), o PLS 43/2018, que altera o Marco Legal da Primeira Infância para dispor sobre os direitos das crianças cujas mães e pais estejam submetidos à medida privativa de liberdade. Esse é um projeto que a Rede acompanha desde a sua formulação, por conta da atuação na questão de gênero, e por entender a importância de garantir o convívio familiar, assim como garantir direitos previstos em diversas outras normativas, tanto nacionais quanto internacionais.

A etapa final do planejamento estratégico foi concluída em abril, quando o grupo se reuniu em São Paulo para detalhar as estratégias prioritárias de incidência, principalmente junto ao Poder Legislativo e no campo da comunicação.



Por ser um tema bastante pautado pela RJC, inclusive por meio de um portal criado em parceria com a Artigo 19, as duas organizações, junto à Conectas Direitos Humanos e à ativista Mônica Benício, participaram do debate sobre a criminalização dos movimentos sociais e os Projetos de Lei antiterrorismo na Universidade de Brasília (UnB).



MAIO

A campanha “**Pacote Anticrime: uma Solução Fake**” foi lançada no Senado Federal durante audiência pública para debater o projeto. A RJC, representada pelo assessor de advocacy Leonardo Santana, participou da mesa ao lado de Clarisse Borges, do IDDD, Luciana Boiteux, do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM) e do defensor público do estado do Rio de Janeiro, Pedro Carriello.



▶ A partir da tentativa do governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, de solicitar a cassação do mandato da deputada estadual Renata Souza por ter denunciado a organismos internacionais a política de abate chancelada por ele, a Rede se posicionou publicamente em defesa da deputada e do direito à fiscalização do Poder Executivo pelo Legislativo.

Representando a Frente Parlamentar Mista em defesa da Democracia e dos Direitos Humanos, a RJC participou da mesa de encerramento do I Seminário Internacional da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD), no final de maio.

A RJC, junto ao Instituto Sou da Paz, participou da audiência pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado sobre o armamento da população, com base no decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019.

▶ O segundo artigo do ano para a coluna da RJC no *Justificando* foi escrito por Henrique Apolinario, advogado do programa de Violência Institucional da Conectas Direitos Humanos. O texto foi sobre a criminalização do consumo de drogas no Brasil e o, até então iminente, julgamento do Recurso Extraordinário 635.659 pelo STF.


▶ O Projeto de Lei Complementar 37, que altera o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, foi aprovado pelo Senado. A nova política trouxe uma série de retrocessos no campo do tratamento de pessoas usuárias de drogas, além de endurecer as penas para tráfico de drogas.

A campanha “**Encarceramento em Massa não é Justiça**” também foi apresentada internacionalmente em maio. A convite do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a RJC teve a oportunidade de apresentar a campanha durante a Cúpula Global da Parceria para o Governo Aberto, que aconteceu em Ottawa, no Canadá. Como desdobramento dessa participação, a Rede passou a ser associada à pauta de governo aberto, tendo esse como mais um canal de pressão para destacar a (falta de) transparência no Legislativo e a participação cidadã na construção da política pública criminal.




Em 2018, a RJC passou a integrar o Pacto pela Democracia. As ações estratégicas em parceria com a iniciativa continuaram durante o ano de 2019. Em maio, a Rede participou da “Plenária do Pacto” e da articulação para pautar a imprensa sobre o uso excessivo dos decretos como uma estratégia antidemocrática do Executivo. Foi divulgada uma nota pública sobre o assunto, a qual a RJC assinou.





 O Projeto de Lei 580/2015, que pretende estabelecer a obrigação da pessoa presa de ressarcir o Estado das despesas com a sua manutenção, foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado. As ações de *advocacy* da RJC foram essenciais para realização de uma audiência pública para discutir o tema. A Rede questiona a constitucionalidade do PL e continuou acompanhando a tramitação do mesmo durante o ano.

JUNHO

Aconteceu em São Paulo mais uma ação da campanha “**Pacote Anticrime: uma Solução Fake**”. O evento foi um ato de protesto na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, organizado para chamar atenção para a falácia do pacote como solução para o problema da segurança pública.

 A coluna da RJC no *Justificando* contou com dois artigos em junho. O primeiro deles, sobre as propostas inconstitucionais e racistas do Pacote Anticrime, foi escrito por Sílvia Virgínia S. Souza, assessora de *advocacy* da Conectas Direitos Humanos, por Carolina Toledo Diniz, consultora do programa Violência Institucional da mesma organização e por Maria Clara D’Ávila, do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC). Já o segundo artigo, sobre a recém aprovada Política Nacional Sobre Drogas, foi escrito por Paula Napolião, pesquisadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), nos eixos Drogas e Justiça.

 A segunda edição da Oficina de Segurança Digital da RJC aconteceu em Recife. A oficina contou com grande participação e engajamento do público presente, cerca de 35 pessoas, incluindo a equipe técnica do GAJOP, onde foi organizada a Oficina.

 Com os esforços incessantes da sociedade civil, incluindo a RJC, contra a flexibilização do porte de armas, o presidente Jair Bolsonaro revogou o decreto que emitiu em janeiro, sobre o qual a Rede publicou uma nota. No entanto, logo depois, outros decretos sobre o assunto foram emitidos, além de um Projeto de Lei. A RJC seguiu acompanhando o tema sob a liderança da expertise do Instituto Sou da Paz durante o ano, atuando para barrar tais iniciativas.

📢 A RJC se manifestou publicamente a respeito do massacre ocorrido no Centro de Recuperação Prisional de Altamira, no Pará. Em nota, exigiu que o Estado Brasileiro assumisse sua responsabilidade sobre as mortes ocorridas e adotasse medidas para preservar a integridade das pessoas em situação de privação de liberdade em todas as unidades prisionais da federação.

JULHO

O primeiro encontro trimestral da RJC após o planejamento estratégico de fevereiro foi realizado em São Paulo, nos dias 4 e 5 de julho, na sede do Instituto Pólis.



AGOSTO

A RJC compareceu ao debate “Desmilitarizar a Polícia: Segurança Pública e Direitos Humanos”, realizado na Procuradoria-Geral da República (PGR). O encontro foi promovido pela Câmara de Controle Externo da Atividade Policial e Sistema Prisional do Ministério Público Federal (7CCR/MPF) em parceria com a Justiça Global e reuniu diversos profissionais da área da segurança pública, como policiais militares e sociedade civil.

🔨 Foi aprovada, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados, a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição 365/2017, que acresce um dispositivo ao art. 144 da Constituição Federal, criando os corpos de segurança socioeducativa, um novo órgão de segurança pública que tem o objetivo de atuar dentro dos estabelecimentos socioeducativos. A RJC continuou se articulando para a criação de uma comissão especial sobre o tema.

Em agosto, a RJC também compareceu ao evento de lançamento da Mesa Nacional de Diálogo Contra a Violência, no Conselho Federal da OAB. O objetivo foi reunir setores da sociedade civil para debater soluções para o crescimento da violência no Brasil e abrir um diálogo nacional em torno do clima de intolerância que cresce no país. Dentre as organizações que participaram da iniciativa está o Instituto Sou da Paz.

Com a criação do GT Racismo, foi entendida a necessidade de passar por um processo formativo de letramento sobre racismo estrutural. Essa formação, conduzida pelo Instituto AMMA Psique e Negritude, foi planejada para ter nove meses de duração, ocupando, portanto, os anos de 2019 e 2020. Os temas, abordados por meio de uma metodologia teórico-vivencial, têm como foco as subjetividades de cada participante, visto que foi identificado que o racismo perpassa tanto as instituições quanto os indivíduos. O primeiro encontro presencial aconteceu nos dias 30 e 31 de agosto desse ano e contou com a participação de uma média de três pessoas por organização, totalizando 35 pessoas envolvidas no processo de formação, sendo essas pessoas tanto da diretoria quanto da equipe técnica de cada organização.

📶 A terceira Oficina de Segurança Digital da RJC aconteceu em Brasília, na sede do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), e contou com a presença de 35 pessoas.

SETEMBRO

Após a repercussão da Oficina de Incidência Política realizada em janeiro, a RJC foi convidada a compor o comitê organizador da “1ª Conferência Nacional de Advocacy”, idealizada pela ACT Promoção da Saúde, ao lado de outras coalizões como o Pacto pela Democracia, o Advocacy Hub e a Rede de Advocacy Colaborativo (RAC). O evento aconteceu nos dias 9 e 10 de setembro e reuniu 250 pessoas no Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), no centro de São Paulo.



Como parte da Oficina de Atuação no Parlamento oferecida pela Câmara dos Deputados, o assessor de advocacy da RJC, Leonardo Santana, participou da mesa redonda “Como a Sociedade Civil Organizada Pode Influenciar as Decisões no Parlamento”. O curso tem como objetivo apresentar para representantes da sociedade civil organizada o funcionamento e o papel do Poder Legislativo, informações e canais de comunicação da Câmara dos Deputados com a população, bem como ferramentas para acompanhar e participar de forma mais efetiva no processo de elaboração de leis.

A RJC já havia se pronunciado publicamente a respeito da política de segurança pública genocida do governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel. Em setembro, emitiu outra nota de repúdio, dessa vez motivada pela morte de Ágatha Félix, a criança de oito anos assassinada por um policial militar no Complexo do Alemão.

No final de setembro, a RJC, em parceria com a Coalizão Negra por Direitos, iniciou uma mobilização para levar a campanha “Pacote Anticrime: uma Solução Fake” para a reunião do GT Penal. Além de levar cartazes com o mote da campanha para a reunião, a RJC se engajou no envio de mensagens contra o excludente de ilicitude que lotaram as caixas de e-mail de parlamentares. Em menos de 24h, foram enviadas mais de 22 mil manifestações por meio da plataforma online da organização Meu Rio. Simultaneamente, em São Paulo, houve uma articulação conjunta com parceiros, como o Pacto pela Democracia, com o objetivo de repercutir os esforços e somar na mobilização.



OUTUBRO

Dando continuidade às ações da campanha “**Pacote Anticrime: uma Solução Fake**”, a RJC participou, ao lado de organizações parceiras, de uma reunião das Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo do Estado com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia. O principal tema abordado foi o excludente de ilicitude, em virtude dos debates motivados pela morte de Ágatha Félix em setembro. As mães entregaram uma carta ao presidente, que se comprometeu a enviá-la a todos os parlamentares.

📢 O último artigo do ano para a coluna da RJC no *Portal Justificando* foi escrito por Igo Gabriel S. Ribeiro, pesquisador do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – GAJOP, por Thaisi Moreira Bauer, coordenadora de projeto na mesma instituição e por Silvia Virginia S. Souza, assessora de *advocacy* da Conectas Direitos Humanos. O tema do texto foram os Projetos de Lei em tramitação no congresso que pretendem alterar a legislação infantojuvenil, em especial os que propõem aumento do tempo de internação de adolescentes em medida socioeducativa.

A RJC participou de um bate-papo com alunos e alunas da graduação em administração pública da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Faculdade Getúlio Vargas (FGV/EAESP). A convite do Instituto de Governo Aberto, a Rede apresentou como é possível utilizar ferramentas de transparência, dados e tecnologia para sensibilizar e pressionar por decisões mais responsáveis, embasadas em dados e avaliações de resultado, no campo da segurança e da justiça criminal. Também participaram do encontro o Instituto Sou da Paz e a Open Knowledge Brasil, com o projeto Justa.

Ainda sobre criminalização da sociedade civil organizada, a RJC participou da audiência pública sobre o Projeto de Lei 1595/2019, que dispõe sobre ações antiterroristas, fruto da incidência constante da Rede no tema.



Também em outubro, a RJC esteve presente em outra reunião com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, para apresentar preocupação a respeito da tramitação de propostas que visam criminalizar movimentos sociais e restringir a atuação da sociedade civil. Na oportunidade, que também contou com a presença de outras organizações e parlamentares, foi entregue uma carta pedindo para que não fosse pautado nenhum Projeto de Lei ou requerimento de urgência que pudesse permitir – sob qualquer pretexto – a vigilância, o solapamento da liberdade de expressão, a manifestação ou reunião e nem a criminalização da sociedade civil. O presidente da Câmara se comprometeu com o pedido, além de propor reuniões mensais na residência oficial para tratar de temas de interesse.

O vídeo “Realidade Visceral”, que compõe a campanha “**Encarceramento em Massa não é Justiça**” foi apresentado em um curso de formação para juízes e juízas federais recém aprovados, organizado pela Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região. Participaram do debate que sucedeu a exibição a RJC, o IDDD e o ITTC.

NOVEMBRO

O 4º Encontro Nacional de Governo Aberto, realizado na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) em Brasília, contou com a participação da Rede no painel sobre defesa de direitos.

Representada pelo assessor de *advocacy*, Leonardo Santana, a Rede participou da audiência pública “A Abolição da Escravatura e as Ações Afirmativas – Vinte de Novembro Pra Quê?”, lembrando o Dia da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro.



Em novembro também aconteceu a última reunião trimestral da RJC, sediada na Conectas, em São Paulo.

A RJC ministrou uma aula no curso “Como Fazer Advocacy: Participação Social Efetiva para ONGs, Movimentos e Coletivos”, do *Advocacy Hub*. O tema foi “Trabalho em Rede: o Exemplo da Rede Justiça Criminal”.

No fim do mês, foi realizada a segunda oficina de formação e letramento sobre racismo estrutural, ministrada pelo Instituto AMMA Psique e Negritude, em São Paulo.



O julgamento do Recurso Extraordinário com Agravo - ARE 95962, sobre revista vexatória, foi adiado, sem previsão de nova data. No mesmo período, a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou o fim da revista vexatória nas unidades do sistema socioeducativo.

DEZEMBRO



Em dezembro, o Instituto de Desenvolvimento de Ações Sociais (IDEAS) passou a integrar a Rede Justiça Criminal. O Instituto tem como objetivo propor iniciativas e práticas no campo da ação social, jurídica e política por meio da articulação de ocupações e comunidades na Bahia. Além de se relacionar intrinsecamente com os ideais da RJC e as demais organizações-membro, a aproximação do Instituto faz parte dos esforços há algum tempo desempenhados em expandir a presença da Rede para além do eixo sudeste do país.

📶 A quarta e última Oficina de Segurança Digital da RJC foi destinada aos membros da Rede sediados em São Paulo e aos parceiros e parceiras institucionais. O encontro aconteceu no centro de São Paulo e contou com o apoio do Centro de Convivência É de Lei e da Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas.

A campanha “**Encarceramento em Massa não é Justiça**” foi apresentada no Human Rights Film Festival, que aconteceu em Veneza. Cerca de 60 pessoas, de diversos países, assistiram ao vídeo em 360°, “Realidade Visceral”.

A campanha também foi apresentada na I Conferência Popular de Segurança Pública do Nordeste, no mês de dezembro, em Pernambuco. A Conferência foi realizada pelo Fórum Popular de Segurança Pública do Nordeste (FPSPNE), por meio da articulação da sociedade civil que reúne movimentos sociais, núcleos de pesquisa, coletivos e organizações comunitárias, com o objetivo de incidir sobre o debate das políticas públicas de segurança, de maneira popular, a partir das especificidades da região. Das organizações que compõem o FPSPNE, duas também são membros da Rede Justiça Criminal, o GAJOP | PE e o IDEAS | BA.



Anualmente, o Fundo Brasil de Direitos Humanos (FBDH) promove um encontro entre os projetos apoiados para fomentar a troca de contatos e experiências. A RJC, por ser uma das organizações financiadas pelo FBDH, participou do evento.

No Dia dos Direitos Humanos, a Rede participou da Audiência Pública “Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e Defesa da Democracia”, representada por Raissa Maia, do ITTC, que falou sobre violência contra mulheres, em Brasília.

🔨 Com a previsão de votação do **Pacote Anticrime**, a RJC se uniu a dezenas de outras organizações para pressionar senadores e senadoras a votarem contra o projeto, especialmente as propostas entendidas como as mais violadoras de direitos. O projeto, no entanto, foi aprovado no Senado e sancionado semanas depois pelo presidente Jair Bolsonaro, com 25 vetos.

A RJC, junto à campanha, produziu uma nota crítica ao Pacote e à tramitação no Senado que foi enviada para os e-mails de todas as senadoras e senadores.

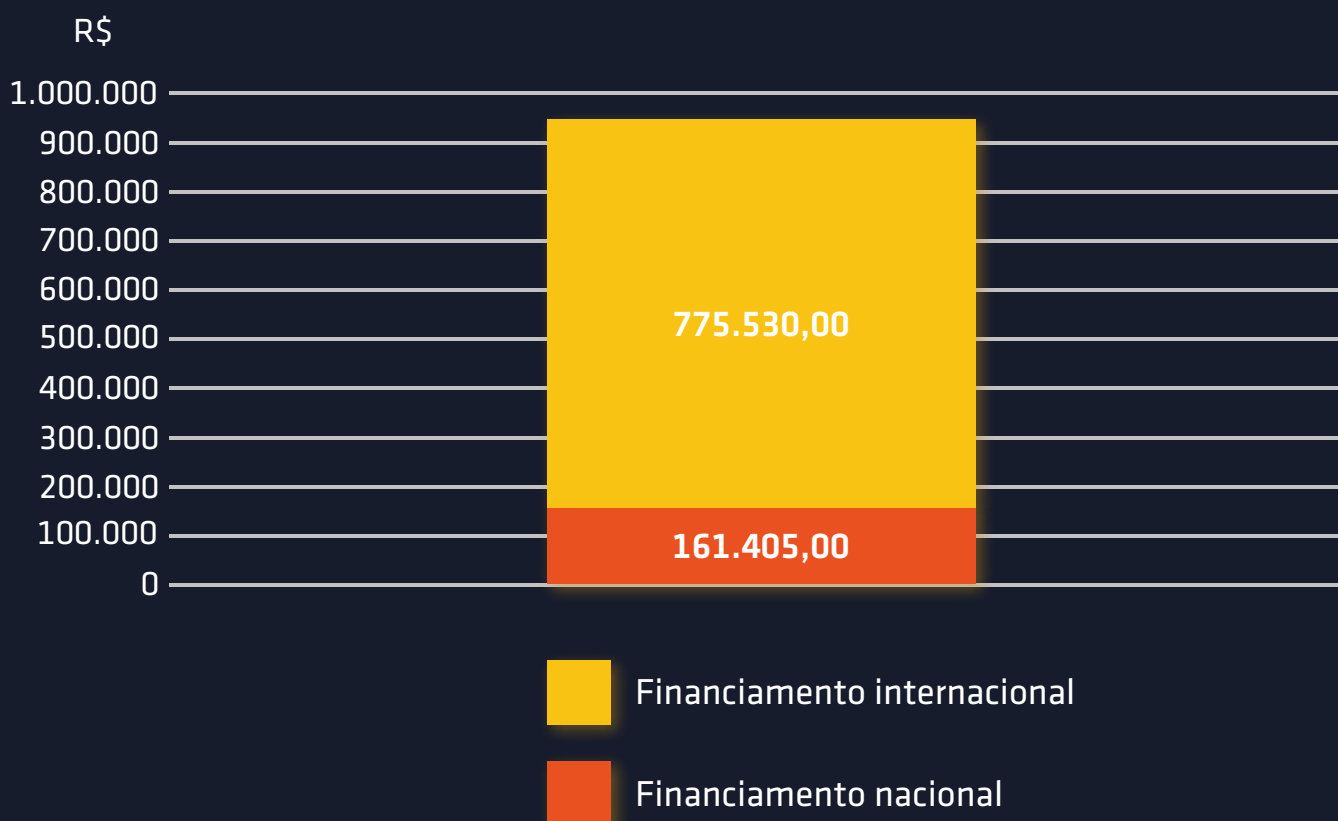
Também em Brasília, a RJC participou do lançamento da “Agenda de Segurança Pública e Direitos Humanos”, na Câmara dos Deputados. O documento pretende ser um ponto de partida para uma mudança na arquitetura de segurança pública do país.

Em construção desde o início do ano no Congresso Nacional, foi lançada no dia 12 de dezembro a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Democracia e dos Direitos Humanos. A frente será coordenada pelo deputado Marcelo Freixo (PSOL/RJ) e terá como núcleo central 25 parlamentares, sendo 20 deputados e deputadas e cinco senadores e senadoras. O grupo também vai contar com a atuação de 25 representantes da sociedade civil, entre eles a RJC.

TRANSPARÊNCIA

Desde de 2018, quando a Rede Justiça Criminal lançou seu primeiro relatório de atividades, foram divulgados os valores dos financiamentos recebidos no ano. Em 2019, a RJC manteve seu compromisso com a transparência e o compartilhamento de informações relevantes a respeito do funcionamento da coalizão.

Os dois principais financiadores continuaram sendo a Open Society Foundations, responsável pelos recursos internacionais até abril de 2021, e o Fundo Brasil de Direitos Humanos, que garantiu os recursos nacionais até agosto.



APOIADORES

Fundo Brasil de Direitos
Humanos (FBDH)
Instituto Betty e Jacob Lafer
Oak Foundation
Open Society Foundations

PARCEIROS

Ação Educativa	INNDP - Iniciativa Negra por uma Nova Política Sobre Drogas
ACT - Promoção da Saúde	Intervozes
Advocacy Hub	Instituto Alana
Artigo 19	Instituto Amma Psique e Negritude
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM)
Campanha Pacote Anticrime	Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC)
Solução Fake	Instituto de Governo Aberto
Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo (LAUT)	Instituto Pólis
Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT)	Instituto Veredas
Centro de Convivência É de Lei	Justificando Meu Rio
Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	Movimentos
Coalizão Negra por Direitos	Pacto pela Democracia
Coding Rights	Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD)
Fábrica de Ideias Brasileiras (FIB)	Pulso Público
Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)	Quebrando o Tabu
Fórum Popular de Segurança Pública de Pernambuco	RAC - Rede de Advocacy Colaborativo
Fórum Popular de Segurança Pública do Nordeste	Redes da Maré
	Rede Transfeminista de Cuidados Digitais
	Reflexões da Liberdade Taturana



MEMBROS

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC)
Conectas Direitos Humanos
Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP)
Instituto de Defensores de Direitos Humanos (DDH)
Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD)
Instituto de Desenvolvimento de Ações Sociais (IDEAS)
Instituto Sou da Paz
Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC)
Justiça Global

EQUIPE

Secretária Executiva
Janaína Homerin

Assessor de Advocacy
Leonardo Santana

Assessora de Comunicação
Ana Navarrete

Estagiário
Emerson Ramayana

Voluntária
Ana Luiza Flores

**Produção e diagramação
do Relatório**
Ana Luiza Voltolini Uwai

Edição
Ana Luiza Voltolini Uwai
Ana Navarrete
Melina Fiuza

**Equipe do IDDD em
apoio às atividades da
RJC**

Marina Dias
Amanda Oi
Clarissa Borges
Vivian Calderoni
Fernanda Neves
Roberta Lima
Jislene Ribeiro
Humberto Tozze
Laura Daudén
Thiago Ansel



REDE
JUSTIÇA CRIMINAL

REDEJUSTICACRIMINAL.ORG

 /REDEJUSTICACRIMINAL